

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2013.

(Da Deputada Janete Capiberibe)

Requer que sejam convidados para audiência pública nesta Comissão o Comandante do Exército Brasileiro General ENZO MARTINS PERI, a Secretária de Patrimônio da União Senhora Secretária CASSANDRA MARONI NUNES e a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas Senhora MARTA VALÉRIA ANDRADE CUNHA SPONTON.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados para audiência pública nesta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional o Comandante do Exército Brasileiro General ENZO MARTINS PERI, a Secretária de Patrimônio da União Senhora Secretária CASSANDRA MARONI NUNES e a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amazonas Senhora MARTA VALÉRIA ANDRADE CUNHA SPONTON, para tratarem da reivindicação judicial, pelo Exército Brasileiro, de área adjacente ao Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS, em Manaus, Amazonas, que provocará o desalojamento de 5 mil famílias ribeirinhas e agricultoras tradicionais.

JUSTIFICATIVA

Criado em 02 de Março de 1964, o Centro de Instrução de Guerra na Selva está instalado em Manaus, Amazonas, numa área de um milhão de metros quadrados. A área foi transferida pelo Governo do Estado do Amazonas ao Exército Brasileiro na década de 1970, sem que fossem indenizados, realocados ou recebessem novos títulos os moradores tradicionais centenários daquelas terras onde vivem de economia extrativista, lavoura de subsistência e pesca artesanal. Hoje, essa população soma 5 mil pessoas distribuídas em mil famílias que formam 20 comunidades tradicionais.

Durante décadas, as famílias conviveram mais ou menos próximas das operações de treinamento na selva realizadas pelo Exército Brasileiro. Muitas vezes, os treinamentos ocorrem dentro das comunidades e já foi registrada a morte de um morador decorrente dessas operações. Os treinamentos nas comunidades só foram suspensos após denúncias do movimentos sociais ao Ministério Público Federal.

Ano passado, o Exército Brasileiro considerou expulsar os moradores das suas comunidades para apropriar-se na área ocupada secularmente pelas famílias ribeirinhas. No início deste ano, as famílias de pelo menos três áreas foram notificadas do processo judicial de extrusão. Pobres, não tem recursos financeiros suficientes para acionar advogados contra o Estado Brasileiro. Ameaçadas anteriormente pelas armas, agora o são judicialmente.

A força continua sendo empregada. Recentemente, soldados derrubaram a casa do morador Ilson, que agora está sendo processado para ser retirado da área. Os ribeirinhos também foram proibidos pelo Comando do CIGS de cultivarem suas roças e foram impedidos de acessar o Programa Luz para Todos.

Pelos motivos expostos peço aos pares a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, de março de 2013.

Deputada JANETE CAPIBERIBERIBE – PSB/AP